

PARECER CONTROLE INTERNO PMSCO - 2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:......01304002/22. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº:......7/2022-180401.

REQUERENTE.....: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Caetano De Odivelas – Pa.

EXECUTOR: Comissão Permanente de Licitação.

EMENTA.....: Dispensa de Licitação. Locação de Imóveis. Art 24, X da Lei nº 8.666/93. Necessidade de complementação de formalidades legais.

OBJETO:: Locação de Imóvel localizado na avenida são benedito, nº 120, centro – São Caetano de Odivelas, para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de São Caetano de Odivelas-PA.

JUSTIFICATIVA......: A escolha do imóvel justifica-se por ser o único imóvel com espaço físico amplo e adequado situado no centro urbano do município, de fácil acesso aos cidadãos, atendendo as finalidades precípuas da administração, conforme Art. 24, inciso X da lei federal nº 8.666/93, uma vez que a Prefeitura municipal não detém imóvel próprio para que o seja disponibilizado.

DA PRELIMINAR:

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, inciso XXI e art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno.

Além da aplicação da Constituição Federal, adota-se a orientação das melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, sendo que são atendidas as disposições da Lei 8.666/93, que estabelece normas cogentes de Direito Público.



A controladoria interna de São Caetano de Odivelas, na pessoa da controladora interna, a advogada Fernanda do Socorro Oliveira Farias-OAB nº 50.667 /PE, inscrita no CPF nº 743.765.432-68, nomeada no decreto municipal 003/2021.

Visa o presente dar cumprimento às atribuições estabelecidas nos Arts. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei nº 4.242/01, Decreto 3.662/03 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do Processo Licitatório encaminhados pelo Departamento de Licitação.

DO RELATÓRIO:

- **1-** Solicitação de Despesa para que seja providenciado o devido processo administrativo, a Exma. Sra. Prefeita Municipal Felipa Rodrigues Dos Santos Rendeiro e anexo do Termo de Referência, Razão da escolha e justificativa, encaminhado pela Sec. Municipal de Meio Ambiente, datado em 03 de março de 2022. Conforme ofício nº 064/2022.
- **2-** Despacho ao Sr. Secretário Esp. De Plan. E Gestão Eudiracir Rodrigues Aquino, solicitando laudo técnico de avaliação do imóvel e dotação orçamentária em resposta ao ofício nº 064/2022 –Sec. de Meio Ambiente.
- **3-** Despacho ao setor de engenharia do município, solicitando laudo técnico de avaliação do imóvel. Datado em 03 de março de 2022.
- **4-** Vistoria de imóvel em locação para funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Caetano de Odivelas, em anexo relatório fotográfico e valor orçado em R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).
- **5-** Solicitação de Datação Orçamentária ao departamento de Contabilidade. Datado em 09 de março de 2022.
- **6-** Despacho a Secretaria Municipal Especial de Planejamento e Gestão confirmando a disponibilidade orçamentária. Datado em 15 de março de 2022.



- **7-** Despacho ao Sr. Secretário de Meio Ambiente Evandro Silva da Silva do laudo técnico de avaliação do imóvel e informativo de dotação orçamentária. Datado em 18 de maço de 2022.
- 8- Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira (Inciso II, Art.16, Lei Complementar nº 101/2000) para o custeio de despesas com locação de imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de São Caetano de Odivelas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, referente processo administrativo nº 01304002/22 conforme determinada a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orçamentária Anual (LOA) e Compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Datado do dia 06 de abril de 2022.
- **9-** Termo de Autorização de Abertura de Procedimento Administrativo de Licitação, o Secretário Municipal, na qualidade de ordenador de despesa responsável pela Secretaria de Meio Ambiente de São Caetano de Odivelas, autoriza a realização da supracitada. Datada em 06 de abril de 2022.
- **10-** Despacho em Solicitação de abertura de processo administrativo e/ou dispensa a Comissão Permanente de Licitação. Datado em 10 de junho de 2022.
- **11-** Decreto Municipal nº 019/2022 de 09 de março de 2022 nomeando servidores para compor a Comissão Permanente de Licitação.
- **12-** Termo de Abertura de Processo Administrativo Nº 01304002/22 PMSCO. Datado em 12 de abril de 2022.
- 13- Solicitação do Parecer Jurídico à Assessoria Jurídica do Município de São Caetano de Odivelas em conformidade coma Lei nº 8.666/93, sobre a minuta do contrato e apreciação aos procedimentos adotados e sobre a legalidade do justificado sobre a Locação do Imóvel para o funcionamento da Sec. Mun. e Meio Ambiente. Datado em 13 de abril de 2022.
- **14-** Processo Administrativo nº 01304002/22 PMSCO, a Assessoria Jurídica do Município de São Caetano de Odivelas, para analise previa da minuta contratual, em anexo, e apreciação aos procedimentos adotados e sobre a legalidade do justificado e



requerido, que versa sobre a locação de imóvel localizado na Av. São Benedito, nº 120, centro de São Caetano de Odivelas. Datado em 13 de abril de 2022..

- **15-** Parecer Jurídico do processo Administrativo nº 0110704/22 PMSCO, na Modalidade: Dispensa de Licitação nº 7/2022-180401, levam a concluir ser perfeitamente possível a locação do imóvel. Datado em 18 de abril de 2022.
- **16-** Termo de autuação do processo administrativo nº 01304002/22 PMSCO. Datado em 18 de abril de 2022.
- 17- Convocação da pessoa física Lucia de Fatima Cardoso Rodrigues inscrita no cpf nº 333.023.823-15 com sede na Av. Governo Magalhães Barata, nº 1150, São Brás, Belém – PA, para apresentar documentações. Datado em 19 de abril de 2022.
- 18- Juntada de Documentos. Datado em 20 de abril de 2022.
- 19- Razão da escolha da locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Caetano de Odivelas, se dá pela prefeitura municipal não deter imóvel próprio disponível para o funcionamento desta Secretaria, diante disto foi realizado levantamento de imóveis na zona urbana do município que pudesse atender suas necessidades, e assim, o imóvel prendido para locação possue dois quartos, cozinha, dois banheiros, garagem e quintal. Desta forma atendendo as necessidades de localização e estrutura.
- **20-** Despacho do departamento de Licitação para o Controle Interno, solicitando o parecer Técnico. Datado em 20 de abril de 2022:

Diante de todo exposto, o departamento de controle interno conclui que o objeto do contrato está em conformidade o artigo 24, inciso X da lei nº 8.666/93. Dessa forma o processo Administrativo nº 01304002/22, na Modalidade: dispensa de Licitação nº 07/2022-180401, encontra-se em conformidade com inc.II do artigo 16 da lei de responsabilidade fiscal. Assim sendo, este processo encontra-se compatível com a LOA E LDO, de acordo com a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira. Tendo em vista o parecer jurídico atestando a legalidade e regularidade do processo. Assim sendo, o Departamento de Controle Interno dar parecer favorável a locação de imóvel localizado na avenida são benedito, nº 120, centro, São Caetano de Odivelas,



no valor mensal de 1.200,00 (um mil e duzentos reais) durante 12 (doze) meses totalizando 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

DA CONCLUSÃO:

O Controle Interno da Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas visando certificar e emitir parecer, verificou-se a procedimento administrativo nº 01304002/22 – PMSCO, na modalidade Dispensa de Licitação nº 7/2022 - 180401, conforme o art. 24 da lei n° 8.666/93.

Após analisar a documentação de habilitação, juntamente com o parecer jurídico, o qual aponta a regularidade da referida Dispensa de Licitação. O departamento de controle interno, nesta oportunidade apura a regularidade dos atos do procedimento de Dispensa de Licitação.

Ante ao exposto, por fins apresentados ao controle interno, emite-se Parecer de Conformidade dos atos, considerando-se que os mesmos se encontram:

- I Habilitado aos efeitos dos procedimentos legais exequíveis inerentes a realização do certame em vistas dos dispositivos da lei 8.666/93;
 - II Apto a gerar contratos e despesas para a municipalidade.

É o parecer, salvo melhor juízo.

São Caetano de Odivelas, 26 de abril de 2022.

Fernanda do Socorro Oliveira Farias

Controle Interno